

APROSBA: LUTA, MOVIMENTO E RESISTÊNCIA¹

Fernanda Priscila Alves da Silva
UNEB/Bahia, Brasil

Lívia Alessandra Fialho da Costa
UNEB/Bahia, Brasil

RESUMO

O artigo visa problematizar a discussão acerca do reconhecimento dos movimentos de prostitutas no Brasil, em particular da APROSBA – Associação das Prostitutas da Bahia, a partir da leitura e trajetória do movimento de prostitutas no Brasil e da aproximação do movimento de prostitutas na Bahia, problematizando o lugar desses sujeitos nos enfrentamentos e resistências em contextos contemporâneos, demarcando e pautando o reconhecimento da categoria Puta como locus e expressão real do agenciamento e empoderamento das prostitutas. A pauta da violação de direitos, arduamente colocada à sociedade brasileira pelo movimento organizado de prostitutas definiu e constituiu avanços, mas precisa ganhar significados no reconhecimento do Trabalho Sexual e os direitos dos sujeitos nele envolvidos. Desse modo, representam no momento as principais protagonistas na luta por políticas sociais junto aos órgãos e atores relacionados às políticas públicas, consolidando o trabalho em rede protagonizado pelas Prostitutas no Brasil e América Latina.

INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete temas recorrentes no estudo e pesquisa dos contextos sobre prostituição, das mulheres envolvidas neste contexto e demais atores sociais. Para além da pesquisa e da busca por conhecer este contexto e dialogar com as sujeitas deste cenário, o artigo reflete o lugar de pesquisadora e voluntária militante da Aprosba, além de demarcar experiências anteriores como profissional em instituições que atuam com profissionais do sexo em Belo Horizonte, Juazeiro/BA e Salvador/BA². O processo de aproximação das prostitutas localizou-se em primeiro momento a partir do lugar de profissional e posteriormente com a pesquisa do mestrado³ como pesquisadora do campo da prostituição e deste contexto em Salvador/BA. Neste momento, a pesquisa de

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² A atuação como profissional (educadora social) no Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Mais informações sobre o trabalho acessar: www.oblatas.org.br.

³ SILVA, Fernanda Priscila Alves da. **Mulheres pobres em circulação: Aprendizados e Saberes construídos na batalha nas ruas de Salvador**. 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade.

doutoramento, demarca a aproximação do movimento de prostitutas da Bahia e para além de pesquisadora coloca-me no lugar de voluntária militante da Aproba.

Demarcar o lugar de onde nos posicionamos e as opções que fazemos, no contexto em que estamos vivendo no Brasil, onde as reações contra os direitos humanos e às minorais tem sido marcado por ódio na tentativa cada vez mais crescente em exterminar estes grupos e higienizar os espaços onde se encontram tem sido extremamente importante ao mesmo tempo em que demarca o lugar das resistências possíveis. A partir deste lugar gostaria de demarcar meu lugar de transição neste processo. Desde o lugar de profissional vinculada a uma instituição, passando pelo lugar profissional não mais vinculada a uma instituição que atua com profissionais do sexo, ao lugar de pesquisadora da temática da prostituição e dos contextos que envolvem esta prática social, e voluntária militante, a resistência, o aprendizado e a transformação tem sido constante. A militância já fazia parte da trajetória pessoal, se vincula e se fortalece cada vez mais no compromisso com as lutas e enfrentamentos possíveis e transgressores das trabalhadoras sexuais.

Durante a incursão no campo etnográfico, tenho construído diálogos e conversações com mulheres da *batalha*, como algumas desejaram ser chamadas, e trabalhadoras sexuais, atuantes e protagonistas dos movimentos de prostitutas espalhadas pelo Brasil. As reflexões aqui tecidas trazem discussões e percepções que tem surgido no processo de construção da pesquisa de doutorado. As interlocutoras da pesquisa são mulheres Cis que se encontram no contexto de prostituição na cidade de Salvador, entre a faixa etária, de 18 a 65 anos, pobres, em sua maioria negra. Algumas mulheres neste cenário querem ser nomeadas de mulher da batalha, outras de trabalhadoras sexuais, ou ainda de putas como tem sido uma expressão reafirmada por Fátima Medeiros, entendendo que essa nomenclatura caracteriza de forma contudente as lutas do movimento de prostitutas assim como agenciamento de protagonismo destas no âmbito dos direitos humanos e da cidadania das prostitutas.

Na pesquisa do Mestrado a *batalha* é uma categoria que emergiu do campo e do processo de pesquisa e estudo sobre as mobilidades, socialização e construção de saberes construídos por mulheres pobres inseridas em contexto de prostituição no Centro Histórico de Salvador. Ela explicita de modo amplo a complexidade da prostituição, prática social atravessada e perpassa por diversas relações e categorias sociais, que nos informa no campo de estudo e investigação do tema o modo como estas mulheres especificamente significam e dão sentidos à sua prática. A *batalha*, portanto,

expressa muito mais que mera troca de dinheiro por serviços sexuais, é uma metáfora que expressa um modo próprio de garantir a subsistência de necessidades básicas, o agenciamento e protagonismo de mulheres excluídas do mundo social e dos espaços políticos, que buscam a cidadania plena e lutam por garantia de direitos.

A pauta da violação de direitos, arduamente colocada à sociedade brasileira pelo movimento organizado de prostitutas tem definido e constituído avanços, mas precisa ganhar significados no reconhecimento do Trabalho Sexual e os direitos dos sujeitos nele envolvidos. Assim como cidadãos elaboram agenda que correspondam suas pautas e especificidades como agentes de sua saúde e vida. Elas representam no momento as principais protagonistas na luta por políticas sociais junto aos órgãos e atores relacionados às políticas públicas, consolidando o trabalho em rede protagonizado pelas Prostitutas no Brasil e América Latina. Todas as demais dimensões políticas e do reconhecimento da categoria, por vezes são obscurecidas por linhas de ação relacionadas a exploração e tendem, com isso, a criminalizar, vitimizar e produzir - em vez de reduzir - a vulnerabilidade das prostitutas através da violação e do não reconhecimento de seus direitos garantidos por lei.

MOVIMENTO DE PROSTITUTAS NO BRASIL: LUGAR DE AGÊNCIA E PROTAGONISMO

A temática da prostituição enquanto campo de estudo e intervenção tem ganhado importância a partir de vários olhares, áreas e saberes. No Brasil, o campo de estudos sobre prostituição se desenvolve a partir de histórias e análises onde o tema era apresentado a partir de valores morais, preconceituosos, enfocando a pobreza, doenças e vitimização. Neste sentido, é possível destacar autores que trataram a prostituição considerando às questões relacionadas à pobreza, estigmatização e vitimização como Lagenest (1960), Fonseca (1982), Pires (1983), Espinheira (1984).

No caso de Pires, por exemplo, a prostituição é vista como uma consequência social, ou seja, as mulheres se encontram nesta realidade devido à pobreza que enfrentam. Lagenest (1960), por sua vez, ao tratar do lenocínio e prostituição no Brasil a considera como escravidão. O autor afirma que a prostituta se dedica a uma atividade anticonstitucional, pois este exercício não lhe possibilita uma existência digna e desse modo ela se torna vítima da situação.

Segundo Pasini (2000), no final do século XIX e início do século XX (até 1930), os escritos sobre prostituição enfatizavam os saberes médicos e da polícia, pois estes se consideravam “defensores da moralidade”. Para os médicos e policiais, a prostituição deveria ser extinta, pois era uma doença que precisava ser eliminada. A prostituição era considerada como uma mal social e por isto devia ser combatida.

Mesmo na atualidade, após a perda do estatuto científico de teorias sobre a *criminosa nata*, observam-se pesquisas com o pressuposto de que as prostitutas seriam mulheres com certo grau de exotismo. Neste sentido, algumas pesquisas tentam demonstrar por meio de entrevistas e estatísticas certa ligação entre a entrada no universo da prostituição e a ocorrência de abusos sexuais. Estas perspectivas vão construindo um caminho de pensamento acerca da prostituição demonstrando cada vez mais que para além das ambiguidades destas construções, pensar e pesquisar sobre prostituição implica buscar compreender as facetas deste fenômeno complexo.

Margareh Rago (1990) observa que as pesquisas sobre o tema ganharam maior expressão no século XIX e que este discurso a partir da referência médica ou policial, ou seja, a partir de explicações que viam na prostituição disfunção orgânica ou transgressão, definindo o objeto em função daquilo que ele não é. Neste sentido, seria necessário pensar a prostituição como um fenômeno social e estabelecer o que seria este fenômeno (PINHO, 2011).

A partir desta diversidade de posicionamentos e correntes de pensamento visualiza-se ainda uma série de produções sobre o tema. Mazzariol (1976), fala sobre mulheres que vivem confinadas na zona de meretrício em Campinas, São Paulo, durante os anos de 1966 a 1974 aproximadamente, a partir do campo das ciências sociais. Perlonguer (1987) buscou analisar as relações entre michês e seus clientes masculinos, no centro da cidade de São Paulo. Em Fortaleza, Souza (1998) focaliza sua pesquisa na experiência das mulheres na prostituição. Bacelar (1982) buscou compreender as famílias das prostitutas em Salvador, no bairro Maciel. Moraes (1995), de outro lado, abordou o universo da prostituição na Vila Mimosa, Rio de Janeiro. Várias são as produções acerca do tema prostituição, podendo ressaltar que as pesquisas ganham força a partir da década de 1970. Outros trabalhos poderiam ser citados, como por exemplo, o trabalho de Pasini (2000), que procura compreender como as práticas corporais expressam uma “performance” enquanto garota de programa e ao mesmo tempo uma

divisão entre a vida na prostituição e a vida de fora da prostituição, no âmbito doméstico. Estes trabalhos apresentam uma riqueza e demonstram como o tema ainda pode ser discutido haja vista lacunas e desafios ainda presentes na discussão.

Tendo em vista a produção de conhecimento acerca deste contexto seja a partir da produção acadêmica, políticas públicas ou da militância o debate ganha força com a emergência do movimento de prostitutas no Brasil, na década de 1970. Barreto (2015) nos chama a atenção a vinculação deste tripé: pesquisa, políticas públicas e militância articulando como estes temas se vinculam e se fortalecem na medida em que se compreender a emergência das prostitutas como sujeitas políticas. Em sua pesquisa, a autora vai apontando que a militância e o encontro entre prostitutas e pesquisadora se articulam no processo e contribuem no agenciamento e protagonismo de ambas as partes.

A prostituição tem sido colocada há muito como central em debates como questões de higienização ou de busca de ordem em diversas cidades. Os trabalhos de Engel (1989) e Rago (1985), que remetem aos séculos XIX e início do século XX tem destacado como a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, modificou a vida da cidade do Rio de Janeiro. O desenvolvimento de atividades econômicas urbanas e a melhoria das condições de vida da população, assim como o processo de urbanização e limpeza pública da cidade, assim como a Abolição da Escravatura, tonando assim a prostituição uma opção autônoma e rentável para as mulheres.

Barreto (2015) a partir dos estudos da historiadora Beatriz Kushnir, afirma que um dos primeiros grupos de prostitutas de que se podem ter notícias no Brasil é a Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israealita, fundada em 1906. Esta Associação tinha como objetivo a criação de um cemitério onde as prostitutas seriam enterradas.

A partir das décadas de 1960 e 1970, aos poucos, se começa a ampliar os debates dos saberes sobre a prostituição no mundo e no Brasil. As prostitutas começam a protagonizar, reivindicando vez e voz e questionando o modo como se fala ou se pensa a prostituição. Na perspectiva de Piscitelli (2005) a prostituição atuou como um marcador importante no debate sobre significados e funções do sexo, assim como as abordagens e as formas pelas quais se percebe a sexualidade.

Foi a partir da década de 1970, que as prostitutas no caso dos EUA e em diversas cidades francesas criaram organizações com o objetivo de se defender de práticas

violentas, assédios, abusos e agressões físicas por parte de clientes e policiaes. Os movimentos reivindicativos que mais impactaram no Brasil em torno do reconhecimento dos direitos humanos, da cidadania e liberdade da prostituta adulta iniciaram nos anos 1980 com a liderança de Gabriela Leite.

A partir dessa década, constituía-se no Brasil a produção de novo lugar social das prostitutas através de: a) fortalecimento da liderança de Gabriela Leite e o surgimento de novas protagonistas; b) entrada de mediadores e colaboradores de ONGs que forneceram uma linguagem política à compreensão da situação das prostitutas e de seus direitos; c) circulação de diferentes discursos sobre a prostituição na mídia, por meio do confronto de ideias, como caso de polícia versus questão social e política, e pelo desdobramento de eventos locais específicos; d) interlocução entre prostitutas associadas, poderes públicos representantes políticos (MORAES, 1995, p. 196-197)

Em 1987 acontece o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio de Janeiro, contando com representações de oito capitais brasileiras. Em 1988, constitui-se, no Rio de Janeiro, na Vila Mimosa, a primeira Associação de prostitutas. Aos poucos, em todo o país diferentes modelos associativos foram surgindo. Em 1989 acontece o Segundo Encontro das Prostitutas tratando do tema do HIV. A partir de então, nos anos seguintes ocorrem outros encontros nacionais e regionais reunindo prostitutas de todo país. No Ceará temos a APROCE (Associação das Prostitutas do Ceará), em Sergipe a ASP (Associação Sergipana de prostitutas), no Rio Grande do Sul o NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição). O surgimento da Associação de prostitutas da Bahia (APROSBA) acontece entre os anos 1995 (Marinho, 2007).

Olivar (2012) ao fazer a memória deste momento histórico e do movimento de prostitutas remonta a primeira mobilização política de trabalhadoras do sexo no Brasil por volta dos anos 1979 e 1982 em São Paulo. Neste momento, a luta das mulheres relacionava-se a luta pelo respeito à vida e integridade física das mulheres prostitutas acompanhada da luta contra a epidemia da AIDS.

Importante situar que o movimento organizado de prostitutas ao final da década de 1980 ainda não contava com uma articulação sólida com os direitos humanos. Os encontros nacionais das prostitutas vão aos poucos se consolidando neste processo. A prostituição passa a ser considerada “um trabalho como outro qualquer” e desse modo a

luta pela proteção do direito ao trabalho vai ganhando força, sendo pauta até hoje das agendas do movimento (SKACKAUSKAS; OLIVAR, 2010, p. 02).

Em relatórios nacionais e internacionais, além de pesquisas acadêmicas, em diversas partes do mundo, chama a atenção o processo de empoderamento de prostitutas adultas como agentes de controle de HIV-AIDS. De acordo com Moraes (2014), diversas organizações internacionais de prostitutas compartilham informações por meio de cartilhas, publicações, pesquisas, artigos sobre HIV-AIDS possibilitando assim a prevenção e organização de um grupo que está ligado ao trabalho sexual.

O debate e bibliografia sobre prostituição tratam de processos globais que associam prostituição à migração, ao tráfico de mulheres e pessoa, à expansão da atividade no mercado de consumo. Estes temas são articulados por Piscitelli em vários de seus estudos. Em um estudo de Pós Doutorado, a autora fala em “*Trânsitos e mercados transnacionais do sexo*” considerando diferentes facetas do tema e articulando a partir de um trabalho etnográfico, onde a autora acompanhou os trânsitos de brasileiras em diversos lugares do Brasil, além de Itália e Espanha.

O surgimento do movimento de prostitutas em diversos contextos no mundo vai produzindo novas formas de pensar e intervir sobre a prostituição. Cada local trouxe características específicas, embora o tema da violência policial e da vinculação inicial com grupos religiosos seja recorrente é importante frisar que a emergência deste movimento se consolidou no momento em que movimentos de mulheres e feministas emergiam. Nos EUA era possível visualizar a emergência da Guerra dos Sexos e no Brasil a luta contra a ditadura que marcava diferenças significativas nas de se pensar movimentos feministas de prostitutas.

No mundo anglo saxão, as feministas discutiam e debatiam sobre as “guerras do sexo” e temas que giravam em torno da pornografia e prostituição. No Brasil, entretanto, as discussões caminhavam em outra direção. As décadas de 1970 e 1980, no âmbito das discussões feministas não trazem como pauta as discussões sobre a prostituição. Para Gabriela Leite, foi a partir da década de 1980, que o quadro foi se modificando, oscilando em movimentos de rejeição, ambivalência ou de compreensão que o exercício da prostituição como escolha. Esta última visão impulsionada e liderada pela própria Gabriela.

No final da década de 1990, no âmbito das reconfigurações do movimento feminista no Brasil, um processo de articulação e inserção em organizações não

governamentais cresce no país. As leituras sobre a prostituição, neste contexto, são associadas ao turismo sexual ao tráfico internacional de pessoas com fins de exploração. A década de 2000 é marcada pela criação de um novo marco para a atuação do feminismo numa perspectiva transnacional. Neste contexto, surgem movimentos de justiça global, de redes como a Marcha Mundial das Mulheres contra a violência e a pobreza.

No Brasil, esses feminismos, conjuntamente com o protagonizado por “feministas jovens”, isto é, que por primeira vez apresentam uma agenda diferenciada em relação às gerações anteriores, cujas articulações se intensificaram na década de 2010 produziram correntes efervescentes do movimento (PISCITELLI, 2016, p. 80).

No marco dos movimentos de prostitutas organizadas surgem novos movimentos que questionam a disseminação da oposição entre feminismos e prostituição. Estas são reivindicações das “putas feministas” que estão se articulando e colocam em cheque essa divisão e apontam que os direitos das prostitutas também se localizam no âmbito dos direitos das mulheres. Uma importante figura neste cenário é Monique Prada prostituta e presidente da Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (Cuts), e integrante do Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres. Em entrevista a revista Glamourama⁴, Prada afirma:

A questão sobre o trabalho sexual é bastante exótica. Não se exige, em nenhuma outra atividade, o amor pela profissão para legitimar a escolha por ela. Apenas na prostituição vamos ver esse discurso, e isso é bastante emblemático: a felicidade no trabalho não pode ser parâmetro para que se mereça ou não direitos trabalhistas. Basicamente, a prostituição é um lugar onde o senso comum diz que nenhuma mulher deve querer estar – e ainda assim, milhões de mulheres a tem exercido através dos séculos. Talvez este esteja longe de ser o pior lugar do mundo para uma mulher, mas há toda uma sociedade se esforçando para torná-lo péssimo.

A luta e questionamento feito por Monique Prada, Fátima Medeiros e as mulheres envolvidas nos Movimentos de Prostitutas impulsionam a construções de feminismos outros, ou como afirma Monique Prada, “*feminismo desde dentro*”, ou seja, é a partir do momento em que se escutam as vozes de todas as mulheres que os direitos começam a ser de fato priorizado. Isto não significa que eles sejam alcançados, visto que estamos ainda em um processo de construção, e que na conjuntura atual, aponta

⁴ Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/voz-do-feminismo-no-brasil-a-prostituta-monique-prada-fala-para-a-revista-j-p/> Acesso em: 12 de junho de 2018.

certos retrocessos, mas significa antes que a luta segue com mais atores e atrizes da construção, sendo, portanto, protagonistas e agentes transformadores do contexto social.

APROSBA: MOVIMENTO DAS PROSTITUTAS NA BAHIA

A Associação das Prostitutas da Bahia – APROSBA faz parte do movimento de prostitutas e na Bahia tem protagonizado desde o final da década de 1990 o debate em torno dos direitos das prostitutas. Nos relatórios e documentos da Associação a missão consiste em batalhar para a educação das prostitutas da Bahia, valorizando-as como cidadãs conscientes de seus direitos e deveres e investindo na capacitação e organização da classe para sua inclusão na sociedade.

De acordo com Fátima Medeiros, coordenadora e fundadora da APROSBA, esta é a única instituição da Bahia dedicada ao desenvolvimento social, econômico, cultural e humano das mulheres profissionais do sexo que atuam na região. Fundada em 1997, desde então realiza intervenções socioeducativas junto à população diretamente beneficiada e outros atores estratégicos, acionados no mercado sexual, em universidades públicas e privadas e instancias públicas de promoção de direitos na região.

Dentre as atividades realizadas pela APROSBA vale destacar: mapeamento áreas de prostituição; visitas semanais em campo para socialização de insumos e informações; atendimento e orientação acerca de saúde, sexualidade e direitos humanos; encaminhamentos a serviços públicos de assistência à saúde e promoção da cidadania; realização de seminários e encontros regionais entre profissionais do sexo, destacando o *Seminário Nordestino de Sustentabilidade das Ações para Profissionais do Sexo*, realizado em dezembro de 2004 em parceria com os Programas Nacional, Estadual e Municipal de DST/Aids; assim como a representação da categoria em espaços políticos destinados à promoção de políticas públicas, tais como o Baiano de Ongs/Aids – FOBONG e a Rede Brasileira de Prostitutas – RBP.

Durante o período de aproximadamente oito anos a APROSBA esteve desativada, por motivos de saúde de uma das fundadoras e outras questões como relata Fátima Medeiros:

Apesar de a nossa associação ser sem fins lucrativos estamos completamente endividadas, há 08 anos não temos condição de arcar com os impostos exigidos pela prefeitura. Desde que uma contadora sumiu com 3.500 reais da APROSBA, não conseguimos mais nos reerguer. Diante disso, há exatamente 08 anos a APROSBA não consegue pleitear um projeto, por conta dessa dívida, que se tornou

uma bola de neve, e estamos trabalhando sem nenhum apoio financeiro.

Assim, em meados de 2017 e início de 2018, Fátima Medeiros tem buscado retomar as ações desenvolvidas pela Aprobsa realizando aproximação das outras trabalhadoras sexuais do Centro Histórico, articulando parcerias e desenvolvendo ações que visem a retomada de uma instituição que tem buscado atuar na perspectiva dos direitos e protagonismos das prostitutas.

Conheci Fátima Medeiros no momento em que (re) aproximo da Praça da Sé e outros contextos de prostituição do Centro Histórico, lugares já conhecidos por mim seja pelo fato de ter trabalhado como educadora social nestes lugares seja pela pesquisa do mestrado. A aproximação da APROSBA se deu de forma surpreendente e desde então a pesquisa do doutorado que tem como objetivo: estudar as práticas e dinâmicas de socialização, formação, cuidado e educação de filhos/as de mulheres que exercem a prostituição de baixa renda em Salvador, Bahia, tem se fortalecido na medida em que me coloca não apenas como pesquisadora, mas também como voluntária militante da APROSBA.

A pesquisa tem me colocado, portanto, em diálogo com as mulheres do Movimento de Prostitutas, primeiramente meu contato foi com a Associação das Prostitutas da Bahia, e em seguida das Associações e representações das trabalhadoras sexuais no Nordeste Brasileiro. A aproximação de início se estabeleceu a partir da Praça, o lugar da rua, lugar onde já encontrava as mulheres que tem se denominado como mulheres da *batalha*. A aproximação foi se fortalecendo de modo que pude, aos poucos ir reconhecendo estes outros lugares de fala: o lugar das mulheres que se reconhecem como trabalhadoras sexuais, profissionais do sexo, putas. Estes lugares são marcados pelo empoderamento assumido por estas mulheres, pelo engajamento político e pela luta dos direitos da categoria.

SOBRE RECONHECER-SE PUTA EM CONTEXTOS DE ENFRENTAMENTOS

Estar em contato e participando das ações desenvolvidas pelo Movimento de Putas⁵ foi possibilitando perceber as discussões e embates que tem sido levantado e

⁵ A partir da experiência de campo, escutei por diversas vezes, Fátima Medeiros (coordenadora da Aprobsa) denominar o Movimento de Profissionais do Sexo no Brasil de Movimentos de Putas, referindo-se ao modo como Gabriela Leite afirmava ser a melhor nomenclatura para nomear a categoria e

discutido pelo Movimento. A partir da participação de eventos articulados e coordenados pelo Movimento de Putas pude aos poucos ir compreendendo o significado de suas lutas e o quanto afirmarem-se como Puta significa o protagonismo assumido por elas enquanto mulheres, trabalhadoras sexuais, mães, cidadãs. Neste processo diversos temas foram sendo trazidos e discutidos de variadas formas e a partir de diversos posicionamentos. Dentro do próprio Movimento existem posições diferenciadas. Dentro do próprio Movimento as questões levantadas são discutidas a partir de lugares distintos, o que acaba configurando em um mosaico composto por peças com cores e formas diferentes, mas que integram o quadro que expressa a luta do Movimento de Putas pelo reconhecimento da categoria no que tange aos direitos e a sua cidadania.

Enquanto pesquisadora, a aproximação do Movimento me faz pensar e repensar meu tema de pesquisa. Esta aproximação me possibilitou refazer as perguntas e descobrir outras possibilidades. Uma situação interessante foi quando, por ocasião do evento Mulher Dama, coordenado por Silvana Olivieri e com a parceria da Aprobsa pude escutar o relato da trajetória de vida de Lourdes Barreto, coordenadora e fundadora do GEMPAC (Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará) e Diana Soares (coordenadora da Associação de Prostitutas do Rio Grande do Norte). Nesta ocasião se encontravam presentes no evento: Leila Barreto (filha de Lourdes Barreto) e Carol (Filha de Fátima Medeiros). Após a fala de Lourdes Barreto, de alguns comentários e intervenções de pessoas presentes no evento Leila faz a seguinte fala:

“...várias vezes quando estou sentada e vendo mamãe falar dá vontade de chorar porque eu vejo a dedicação da vida dela neste processo e ainda vejo que a gente vai ter que fazer muita coisa. Sei que eu não verei o que Gabriela sonhou... Que a gente pare com tanta hipocrisia, que a gente possa ser feliz e compreender os caminhos e a autonomia de cada uma de nós. E é muita gratidão a cada uma de vocês que tiveram coragem de estar aqui, de estar compartilhando. Que vocês possam levar, não é um bicho de sete cabeças, **nós existimos**, não é uma ofensa você me chamar de filha da puta contando que você respeite minha mãe tá tudo resolvido. Eu sei o que eu sou, eu trago o sentido real do que é ser filha da puta...”

Naquele momento percebi que as perguntas que trazia no bojo da pesquisa e que me inquietavam estavam corporificados na fala de Leila Barreto. Um arrepio, literalmente tomou conta de mim e no fundo ela tinha toda razão e de certo modo expressava o que eu ainda não podia nomear. Quando escrevia o projeto e abordava a

significar a luta. É possível perceber ao longo do texto uma diversidade de modos pelos quais me refiro às mulheres e ao movimento. Tento trazer à tona a diversidade percebida em campo, a partir das falas das próprias lideranças do Movimento.

temática da formação/ educação/ socialização/ cuidado dos filhos e filhas das prostitutas no fundo meu desejo era compreender como estas mulheres, no âmago de todos enfrentamentos, preconceitos e hipocrisias davam conta deste processo educativo de seus filhos filhas. A fala de Leila, entretanto, trouxe de modo muito lúcido, pois expressa sua **vivência real** o que significa ser filha da puta. Naquele momento, comecei a entender que não se tratava apenas de pensar nas crianças do tempo presente, mas das crianças que um dia, as adultas que hoje são foram, e além de tudo de refletir junto às trabalhadoras sexuais sobre como em suas trajetórias e de seus filhos e filhas elas foram formando-se, educando, socializando e cuidando. Quais os enfrentamentos foram sendo travados, visto que ser uma Puta Mãe ou ainda ser Filha da Puta tem sido pautado em nossa sociedade como uma representação estigmatizada e ofensiva.

Posteriormente a fala de Leila Barreto conversamos e uma pergunta que ela havia feito no evento retornava: “*Cadê meus irmãos? Cadê os outros filhos da Puta?*” estas perguntas, de certo modo, trazem as discussões acerca do processo de invisibilidade/visibilidade da categoria das trabalhadoras sexuais, das identidades negociadas, dos processos de estigmatização e preconceitos historicamente construídos sobre as mulheres que exercem a prostituição como trabalho.

O termo “puta” apresenta muitos significados de modo que, Brasil (2012) citando Dolores Juliano (2010) diz que a palavra “puta” não se limita somente às prostitutas, antes ela faz parte de um insulto para se referir a qualquer mulher que viole as normas estabelecidas, tanto no campo da sexualidade quanto em outras dimensões. “Putas” tem sido considerado o principal insulto para uma mulher e filho da puta para o homem.

O abolicionismo é adotado no Brasil a partir da Convenção para a repressão do Tráfico de Pessoas e no Lenocínio. Em muitos países, que aderiram a Convenção a regulamentação do mercado do sexo também foi implementada em função dos interesses especialmente no que tange à renda nacional, política de imigração, ocupação (neo) colonial e saúde pública. Em 1967, foi firmado um Convênio entre a União e os Estados da Federação para fornecer às polícias federais e estaduais uma infraestrutura para prevenção e repressão dos crimes tipificados nos artigos 228 e 231 do Código Penal, que correspondem ao lenocínio. O sistema regulamentaristas fracassou em relação ao controle das doenças venéreas e por isso os Estados passaram a proibir a prostituição (BRASIL, 2012).

O discurso criminológico influenciou rapidamente o discurso médico e transformou o paradigma higienista. A eugenia contribuirá largamente para a promulgação de normas proibicionistas, ao considerar as mulheres prostitutas como causadoras da deterioração da raça (BRASIL, 2012, p. 29).

Desde os anos 1980, o movimento de prostitutas têm levantado bandeiras de luta e defendido o direito das trabalhadoras sexuais, a legitimidade política e social dos clientes e o direito de decidir sobre as estratégias de resistência para superar a exploração. Desse modo, a prostituição é cada vez mais entendida como um fenômeno complexo e multifacetado do quais diversos fatores e dimensões estão relacionados e imbricados. Neste sentido, a prostituição é entendida como uma prática social complexa, atravessada e perpassada pela economia, cultura, política, sexualidade, moralidade, relações de gênero, não se esgotando, no entanto, nestes elementos, mas ultrapassando e recriando modos, interações e relações.

Historicamente, desde 1975, mais precisamente no dia 02 de junho, que atualmente é comemorado como dia Internacional das Prostitutas, as prostitutas reivindicam seus direitos. Neste caso, na França, 150 prostitutas ocuparam uma igreja na cidade de Lyon em protesto contra o preconceito, discriminação e repressão policial. Em 1979, no Brasil, temos o marco inicial de visibilidade do processo de organização das mulheres que tem como atividade a prostituição e que passam a se denominar de profissionais do sexo. Gabriela Leite é sem dúvida, a figura que representa a liderança do movimento que vai aos poucos se fortalecendo enquanto categoria. Com a colaboração de Lourdes Barreto em 1986 elas começam a organizar um evento em âmbito nacional com o intuito de fortalecer o movimento e as diversas iniciativas que vão surgindo pelo país.

As prostitutas consideram que a definição da prostituição, como trabalho sexual, é condição *sine qua non* para que as trabalhadoras sexuais gozem de seus direitos humanos e laborais. Portanto, esse posicionamento cada vez mais desfaz a ideia de escravidão sexual (prostituição forçada). A transação comercial entre a trabalhadora sexual e seu cliente não está caracterizado como uma relação laboral. O cliente não é um empregador, mas um consumidor, e a relação que se estabelece está limitada por condições de tempo e espaço. Em situações consideradas normais, o consentimento sempre está sendo negociado. Apenas quando a capacidade de negociação não é livre é que estamos diante de um caso de escravidão. A ideia de trabalho sexual está intimamente ligada com as lutas pelo reconhecimento do trabalho feminino, pelos direitos humanos básicos e por condições de trabalho justas (BRASIL, 2012, p. 30-31).

Ser uma Puta Mãe ou ser uma Filha da Puta, trazendo no corpo, o que Leila denomina de **vivência real**, coloca em evidência temáticas que têm sido discutidas no campo dos estudos sobre prostituição: as identidades negociadas, o estigma, maternidade, trabalho. No entanto, a fala real, de uma Filha da Puta escancara no mais profundo que possa significar trazer para o centro da discussão, o que implica em ser de fato uma Filha da Puta. Historicamente, chamar alguém de filho ou filha da Puta tem sido visto como uma ofensa, no entanto, a partir da escuta das trajetórias destas mulheres: mãe e filha são atravessadas pelo contexto da prostituição, o que percebemos é que esta experiência de estigmatização marca não somente a mãe Puta, mas também seus filhos e filhas. No caso de Leila, ser nomeada de filha da Puta não é ofensa desde que sua mãe seja respeitada, e aqui um processo educativo e formativo que foi sendo vivenciado ao longo de sua trajetória de Filha da Puta. No entanto, a pergunta que fica é sobre como os outros irmãos e irmãs, sobre como os outros filhos filhas da Puta tem se formado neste processo e particularmente em uma sociedade que é marcadamente preconceituosa.

E assim,

Estremecendo por inteiro
Puta Vida
Puta Mãe
Puta Puta
Puta Pesquisadora
Remexida, Lavada
Vida louca
Mulher que se reconhece
E Saí debaixo da mesa
Desacostumada
Puta
Puta
Liberdade
Anúncio
Grito
Puta Puta
Puta Mãe
Filha da Puta.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Tese de Doutorado.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids entre mulheres. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL, Danielle Marinho. **A prostituição feminina e associação de prostitutas da Paraíba**: movimento social, luta política e reivindicação de direitos. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas: João Pessoa, 2012.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ESPINHEIRA, Gey. **Divergência e prostituição**: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ltda, 1984.

FONSECA, Cláudia. **A dupla carreira da mulher prostituta**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Feministas, vol 4, n.1, 1996.

FONSECA, Guido. **História da prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

FREITAS, Renan Springer de. **Bordel, bordéis**: negociando identidades. Petrópolis: Vozes, 1985.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa**: prostituição em Copacabana e identidade social. 3 ed. Rio de JANEIRO: Jorge Zahar Editor, 1998.

JULIANO, Dolores. **Excluídas y Marginales**. 3 ed. Madri: Cátedra, 2010.

LAGENEST, H.D. **Lenocínio e prostituição no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

MARINHO, Mônica Benfica. **A carreira da prostituta militante: um estudo sobre o papel das práticas institucionais na construção da identidade da prostituta militante da Associação de Prostitutas da Bahia**. Universidade Federal da Bahia, 2007. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

MAZZARIOL, Regina Maria. **“Mal necessário” Ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1977.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **Corpos normalizados, corpos degradados:** os direitos humanos e as classificações sobre a prostituição de adultos e jovens. In: SIMÕES, Soraya Silveira; SILVA, Hélio R.S; MORAES, Aparecida Fonseca (org.). Prostituição e outras formas de amor. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 119-144.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Guerras, trânsitos e apropriações:** políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado Antropologia Social, Porto Alegre, 2010.

_____. **O direito humano de ser puta:** uma reflexão sobre direitos sexuais no universo da prostituição feminina em Porto Alegre. Belo Horizonte: Teoria e Sociedade, jul/dez 2007, v.2, p. 108-137.

_____. **Devir puta:** políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OLIVEIRA, Mônica Queiroz de. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte – o trabalho da vida nada fácil.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

PASINI, Elisiane. **“Corpos em evidência”, pontos em ruas, mundos em pontos:** a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. Dissertação de Mestrado Antropologia. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê:** a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PINHO, E.B.M. **Trabalho sexual e envelhecimento:** trajetórias de vida de prostitutas idosas. XI Congresso Brasileiro Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 07 a 10 de agosto, 2011.

PIRES, Dom José et all. **O grito de milhões de escravas:** a cumplicidade do silêncio. Petrópolis: Vozes, 1985.

PISCITELLI, Adriana. **Apresentação:** gênero no mercado do sexo. Campinas: Cadernos Pagu, jul/dez 2005, v.25, p. 7-23.

_____. **Mercado do Sexo.** Cadernos Pagu (25) julho-dezembro de 2005. Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Trânsitos:** brasileiras nos mercados do sexo transacionais do sexo. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

_____. **Atravessando fronteiras:** teorias pós coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercado do sexo. Contemporânea, v.3, n.2, jul-dez, 2013, p. 377-404.

_____. **Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade.** Revista Mandaú, 2016, n.1, p. 73-90.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Trabalho feminino e sexualidade.** In: DEL PRIORE, Mary. História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 578-606.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Prostituição e feminismo:** uma aproximação ao debate contemporâneo. Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades e Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010.

SKACKAUSKAS, Andreia; OLIVAR, José Miguel Nieto. **Prostitutas, feministas e direitos sexuais** – Diálogos possíveis ou impossíveis. Fazendo Gênero 9. Diásporas, diversidades, deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010.

SOUZA, Francisca Ilnar de. **O cliente:** o outro lado da prostituição. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto. São Paulo: Annablume, 1998.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. **Saberes da noite:** percepções de mulheres que prestam serviços sexuais sobre o educar-se nas relações com seus clientes. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2007.

_____. **Ações educativas desenvolvidas por prostitutas organizadas: tecendo confiança e autonomia.** In: Educação Popular. Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.24, n43, p.75-88, jan/jun.2015.

_____. **A noite também educa:** compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2012.

VELHO, Gilberto (Org). **Desvio e Divergência:** uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

WIJERS, M. **Delincuente, vítima, mal social o mujer trabajadora:** perspectivas legales sobre la prostitución. In: OSBORNE, R (Ed.). Trabajadoras Del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. Cap. 12, p. 209-221.